

Recurso interposto em 23 de Março de 2009 — Protege International/Comissão**(Processo T-119/09)**

(2009/C 113/86)

*Língua do processo: francês***Partes***Recorrente:* Protege International Ltd (Londres, Reino Unido) (representante: D. Shefet, advogado)*Recorrida:* Comissão das Comunidades Europeias**Pedidos da recorrente**

— Anulação da decisão adoptada pela Comissão em 23 de Janeiro de 2009, relativa a um procedimento de aplicação do artigo 82.º do Tratado CE (Processo COMP/39414 — Protégé International/Pernod Ricard).

Fundamentos e principais argumentos

A recorrente pede a anulação da decisão da Comissão, de 23 de Janeiro de 2009, que rejeitou, por ter concluído não existir um suficiente interesse comunitário na prossecução do inquérito, a denúncia por si apresentada contra a Pernod Ricard relativamente ao alegado abuso de posição dominante desta última no mercado de whisky irlandês concretizado, por um lado, nas acções judiciais intentadas pela Pernod Ricard contra a recorrente relativamente ao depósito das marcas «WILD GEESE», «WILD GEESE RARE IRISH WHISKEY» e «WILD GEESE IRISH SOLDIERS AND HEROES» pela recorrente e, por outro, numa recusa de aprovisionamento.

Em apoio do seu recurso, a recorrente alega que:

- as acções judiciais intentadas pela Pernod Ricard não tiveram por objectivo proteger os seus direitos de propriedade intelectual sobre a marca «WILD TURKEY», na medida em que não existe um risco de confusão entre as marcas em conflito, mas eliminar a recorrente enquanto concorrente da Pernod Ricard no mercado de whisky irlandês;
- trata-se de um abuso de posição dominante uma vez que a Pernod Ricard se recusou a fornecer whisky irlandês à recorrente por esta recusar aceitar as condições de limitação de venda aos mercados aprovados pela Pernod Ricard;
- existe efectivamente um interesse comunitário na medida em que o alegado abuso respeita a diferentes Estados-Membros e ao conjunto do território comunitário.

Recurso interposto em 27 de Março de 2009 — Al Shanfari/Conselho e Comissão**(Processo T-121/09)**

(2009/C 113/87)

*Língua do processo: inglês***Partes***Recorrente:* Thamer Al Shanfari (representantes: P. Saini, QC, T. Nesbitt e B. Kennely, Barristers, A. Patel, N. Sheikh e K. Mehta, Solicitors)*Recorridos:* Conselho da União Europeia e Comissão das Comunidades Europeias**Pedidos do recorrente**

- Anulação do Regulamento (CE) n.º 314/2004 do Conselho, conforme alterado pelo Regulamento (CE) n.º 77/2009 da Comissão, na medida em que respeita ao recorrente; e
- condenação do Conselho da União Europeia e da Comissão das Comunidades Europeias no pagamento das despesas.

Fundamentos e principais argumentos

Por efeito do Regulamento (CE) n.º 314/2004 ⁽¹⁾ do Conselho, conforme alterado pelo Regulamento (CE) n.º 77/2009 ⁽²⁾ da Comissão ("regulamento impugnado"), todos os fundos do recorrente no seio dos Estados-Membros da União Europeia foram congelados para o impedir de negociar na UE, tendo também sido referenciado por estar associado ao regime repressivo do Zimbabué e implicado em actividades que prejudicam gravemente a democracia, o respeito pelos direitos humanos e o Estado de Direito. Acrescenta-se que o recorrente está interdito de viajar nos termos do artigo 4.º da Posição Comum 2004/161/PESC ⁽³⁾ do Conselho.

O recorrente alega que o regulamento impugnado deve ser anulado com base nos seguintes fundamentos, cada um dos quais abaixo apresentados:

Em primeiro lugar, o recorrente alega que o regulamento impugnado não tem base legal pois nem o artigo 60.º nem o artigo 301.º CE atribuem ao Conselho o poder de congelar a totalidade dos fundos de um indivíduo que não está ligado ao Governo do Zimbabué.